

O ENFERMEIRO NO CAMPO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

¹Giovane Oliveira Vieira; ²Fabio Gonçalves Ferreira

^{1,2}Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO
Telefones: 55 21 9724-9603; 55 21 9282-9213. E-mail: giovaneoliveira@gmail.com;
enfermeirodomar@hotmail.com. País: Brasil

INTRODUÇÃO: As gradativas e aceleradas transformações sociais no Brasil tem fomentado e ampliado discussões acerca da qualidade da formação dos profissionais de saúde. No processo de construção e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), várias ferramentas operacionais tem sido utilizadas para otimizar não só a formação, como também a atuação destes profissionais no âmbito da atenção básica. Destaca-se como uma destas ferramentas o Programa de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde (BRASIL, 2007) lançado em 2005, que além de estimular o desenvolvimento de ações proativas e empreendedoras nos espaços sociais emergentes, incentiva uma inserção crítica e responsável dos profissionais nestes ambientes.

Ao longo da construção da história da enfermagem brasileira, percebe-se o distanciamento dos profissionais de enfermagem, em especial o enfermeiro, do seu papel social/político de agente catalisador e empreendedor das transformações sociais, atuando como facilitador dos processos de empoderamento e aumento da autonomia dos sujeitos por ele assistidos. E devido a isso, o enfermeiro passou a ser um cumpridor de protocolos engessados e delineados que limitam sua capacidade de empreender novas formas de assistência e cuidado que fujam à rigidez de normas (COSTA et al, 2006).

Backes e Erdmann (2009) ponderam que o potencial empreendedor está presente em qualquer ser humano, contudo, este precisa de um entorno favorável, um ambiente que o instigue e o questione, motivando-o a germinar e frutificar. Partindo desta assertiva questionamos o porquê da escassez de empreendedores sociais na enfermagem considerando que na sua essência a enfermagem é a arte e a ciência do cuidar, e cuidar nas dimensões que extrapolam as ações biologicistas. Considerando a equipe multidisciplinar em saúde, o enfermeiro é o sujeito que tem maior aproximação com os indivíduos, ou seja, no atendimento onde a integralidade e a equidade são metas a serem cumpridas, o enfermeiro necessita compreender seu papel de agente transformador de realidades, através dos princípios da educação em saúde. Se o empreendedor social busca a melhoria na qualidade de vida e cidadania de uma população, o Brasil pode ser considerado um campo riquíssimo para ações empreendedoras que através da mobilização e organização social, estimuladas e catalisadas pelo enfermeiro, poderiam gerar melhoria dos níveis de saúde mesmo em meio às situações de desigualdade social.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) prioriza as ações voltadas para promoção, proteção e recuperação da saúde através da adoção de políticas públicas sociais, econômicas e ambientais que possam subsidiar a melhoria da qualidade de vida além de instrumentalizar o cidadão para a co-responsabilidade em relação a própria saúde e a saúde coletiva. Para tanto, torna-se imprescindível que os profissionais envolvidos neste processo estejam aptos a atuar como facilitadores e intermediadores entre os gestores do sistema de saúde e a população.

OBJETIVOS: Refletir sobre a importância do papel social do enfermeiro; Apontar possibilidades de empreendedorismo social na avaliação do entorno social pelo enfermeiro; Refletir sobre o potencial do curso de graduação como incubadora de empreendedores sociais.

Segundo Peter F. Druker, o termo “empreendedor” (do francês, *entrepreneur*, querendo dizer “aquele que toma em mãos”) foi introduzido há dois séculos pelo economista francês Jean-Baptiste Say para caracterizar um agente econômico especial – não apenas alguém que simplesmente abre um negócio, mas alguém que “muda os recursos econômicos de uma área de baixa produtividade para uma área de maior produtividade e maiores lucros” (DRUKER apud BORNSTEIN, 2005). No Brasil, onde o tema só se popularizou a partir da década de 1990, temos como impulso ao empreendedorismo, a abertura do mercado sob a égide neoliberal e capitalista, que levou à privatização de várias estatais obrigando muitos indivíduos desempregados a alçarem novos negócios por conta própria buscando sustentar suas famílias naquele cenário de necessidades e oportunidades que se desenhava (DORNELAS, 2001).

Em 2008, em plena crise econômica internacional, o Brasil participou de uma pesquisa sobre empreendedorismo realizada pelo Projeto Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que avalia as atividades empreendedoras e o potencial empreendedor de vários países do mundo. Na pesquisa de 2008, foi verificado que o Brasil obteve um percentual de 12,02% de atividade empreendedora, bem próxima da média histórica de 12,72%. Isto quer dizer que de cada 100 brasileiros pelo menos 12 estão envolvidos em atividades empreendedoras, com uma estimativa total de 14.644.000 empreendedores no país. (SILVEIRA et al, 2009).

Outra prática difundida globalmente é da responsabilidade social empresarial cuja conceito diz que a forma de gestão na organizações deve ser ética e transparente, de modo a minimizar os impactos negativos no meio ambiente e na comunidade (BICALHO, 2003).

Bornstein (2005) afirma que o empreendedor social não é só uma pessoa que aplica técnicas comerciais e administrativas para alcançar fins sociais. Ele os vê como forças transformadoras. Backes e Erdmann (2009) salientam que “o empreendedorismo social combina paixão por uma missão social com a imagem de disciplina, inovação e determinação alicerçados ao exercício da cidadania”, demonstrando ser uma estratégia bem promissora para os dias atuais, pois reúne em si a ideia de formação de redes, troca de conhecimentos e experiências, bem como o planejamento, implementação e avaliação de projetos de cunho social que não estão interessados a princípio em agregar somente valores econômicos, mas sim, valores éticos, sociais e humanos.

O empreendedor social aponta tendências e traz soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais, seja por enxergar um problema que ainda não é reconhecido pela sociedade e/ou por vê-lo por meio de uma perspectiva diferenciada. Sua atuação acelera o processo de mudanças e inspira outros atores a se engajarem em torno de uma causa comum (BORNSTEIN, 2005). Neste caso, nota-se as diferenças entre os conceitos e ações que envolvem as temáticas empreendedorismo privado, responsabilidade social e empreendedorismo social

Tabela 1. Diferenças entre empreendedorismo privado, responsabilidade social empresarial e empreendedorismo social.

EMPREENDEADORISMO PRIVADO	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	EMPREENDEADORISMO SOCIAL
É individual.	É individual com possíveis parcerias.	É coletivo e integrado.

Produce bens e serviços para o mercado.	Produce bens e serviços para si e para a comunidade.	Produce bens e serviços para a comunidade, local e global.
Tem o foco no mercado.	Tem o foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão.	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo.	Sua medida de desempenho é o impacto e a transformação social.
Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio.	Visa a agregar valor estratégico ao negócio e a atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores.	Visa a resgatar pessoas da situação de risco social e a promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social.

FONTE: Adaptado de Melo Neto e Froes (2002)

Portanto, a partir destas análises percebe-se que dentre as diversas competências que precisam ser desenvolvidas durante a graduação em enfermagem, podemos citar as já conhecidas competências técnico-científicas que são exaustivamente trabalhadas em sala de aula e nos campos de estágio e ensino clínico. É sabido que estas competências há anos fazem parte do ensino da enfermagem e tem a sua importância comprovada e enraizada em nosso aprendizado e prática clínica. Contudo no universo do empreendedorismo social na enfermagem, algumas outras competências, de cunho mais subjetivo, chamam a atenção de docentes e discentes às inovações pedagógicas que estas necessitam para serem trabalhadas e alcançadas durante o desenrolar da grade curricular.

No quadro a seguir buscou-se na literatura uma síntese das competências que o enfermeiro empreendedor necessita adquirir ou aprimorar para que seja um verdadeiro empreendedor social:

Tabela 2. Competências desenvolvidas pelo enfermeiro empreendedor

COMPETÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMPREENDEDOR		
<ul style="list-style-type: none"> • Ser visionário. • Ser sensível aos problemas sociais. • Saber correr riscos calculados. • Saber integrar vários atores em torno dos mesmos objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter senso de Responsabilidade. • Ser persistente. • Ser consciente. • Ser competente. • Saber usar forças latentes e regenerar forças pouco usadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter senso de solidariedade • Saber interagir com diversos segmentos e interesses dos diversos setores da sociedade. • Saber improvisar. • Ser líder.

FONTE: Adaptado de Oliveira (2004).

MATERIAIS E MÉTODOS: Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório a partir de uma revisão sistemática de literatura, já que, segundo Gil (1999) a sistematização da literatura acadêmica possibilita análises que estimulam a compreensão do fenômeno estudado, possuindo ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. E a pesquisa qualitativa justificou-se neste caso, pois o interesse não estava em quantificar as variáveis da pesquisa, mas sim a qualidade delas apresentadas pelas mesmas (LEOPARDI, 2001). Para busca de material utilizou-se as bases de dados de periódicos indexados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scielo e Bireme.

Como critério de inclusão optou-se pelos seguintes: série histórica de 10 anos, ou seja, artigos publicados entre 2001 e 2011, em português, específicos sobre a enfermagem/saúde. Foram excluídos artigos em língua estrangeira, publicados por profissionais não enfermeiros e que após a leitura do resumo em português, não tinham relevância para o estudo em questão. Por esta razão selecionou-se para análise de dados os seguintes periódicos: Revista ACTA Paulista de Enfermagem (UNIFESP), Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), Revista Nursing (UNIRIO), Revista Latino-americana de Enfermagem, Revista Gaúcha de Enfermagem, Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Revista Enfermagem em Foco (COFEN) e Revista Mineira de Enfermagem. A pesquisa ocorreu durante o período de setembro de 2011 a abril de 2012. Os descritores utilizados para busca foram: empreendedorismo, enfermagem, responsabilidade social e pesquisa em enfermagem. Os dados foram analisados a partir das categorias de análise: importância do empreendedorismo na graduação em enfermagem; perfil do enfermeiro empreendedor; experiências empreendedoras da enfermagem.

RESULTADOS: Ao se lançar os descritores utilizados nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scielo e Bireme emergiram 571 artigos, porém destes somente 14 foram selecionados para esta pesquisa, pois preenchiam os requisitos da metodologia aplicada.

A seleção do material de pesquisa revelou na revista ACTA Paulista de Enfermagem 01 artigo, 08 artigos na Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), 01 artigo na Revista de Enfermagem Escola Anna Nery, 01 artigo na Revista Enfermagem em Foco (COFEN), 01 artigo na Revista Gaúcha de Enfermagem, 01 artigo na Revista Mineira de Enfermagem e na Revista Latino-americana de Enfermagem, 01 artigo.

De acordo com as categorias de análise propostas nesta pesquisa, percebeu-se que 06 artigos (BACKES; ERDMANN, 2009; BACKES; ERDMANN; BÜSCHER, 2009/2010; BACKES, D. S.; BACKES, M. S.; ERDMANN, 2009; CECAGNO, 2006; RONCON; MUNHOZ, 2009) tratam da importância do empreendedorismo na graduação em enfermagem, descrevem que as constantes e rápidas transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas influenciam diretamente na formação dos profissionais de saúde/enfermagem, exigindo mudanças significativas na maneira como é conduzido o processo de ensino-aprendizagem durante os cursos de graduação.

Os autores salientam que o processo de subjetivação, ou seja, a formação de sujeitos, capazes de realizar uma leitura da realidade social onde estão inseridos, atuando de forma a proporcionar mudanças significativas de impacto local e regional, é

de extrema importância, pois o profissional enfermeiro deve possuir além da capacidade técnico-científica, características relacionais aguçadas, para poder realizar estas intervenções, conforme o pensamento de Backes e Erdmann (2009):

A formação acadêmica [...] não pode limitar-se a simples aquisição e reprodução de conhecimentos. Para além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, é preciso que o indivíduo adquira competências humano-interativas, capazes de agregar valor social e possibilitar o desenvolvimento local e global. Para ser empreendedor é preciso ter competência técnica, humana e interativa, para identificar e ampliar as oportunidades que agregam valor social.

Outro ponto abordado pelos autores é a mudança do paradigma biologicista/intervencionista/curativo para o problematizador/complexo, que vem de encontro às diretrizes da integralidade, igualdade e preservação da autonomia, contidas na Lei 8.080 de 1990 (BRASIL, 1990a). Esta mudança de paradigmas quer aproximar o discente e futuro profissional da visão holística do ser humano que possibilitará ao mesmo uma avaliação crítica e reflexiva da realidade imposta, levando-o a traçar um plano de intervenções criativas para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos/população assistidos por ele.

A categoria perfil do enfermeiro empreendedor foi abordada em 04 artigos (BACKES et al, 2010; BRITO et al, 2011; RIBEIRO; BORENSTEIN, 2005; PERSEGONA et al, 2009) e estes tratam das características empreendedoras que podem ser desenvolvidas pelos discentes durante a graduação. Ressaltam que competências de caráter social como o conhecimento sociopolítico (PERSEGONA et al, 2009) por exemplo, precisam de atenção especial, já que a intenção da formação de profissionais empreendedores requer uma percepção e avaliação mais apuradas da realidade. Ou seja, os futuros profissionais ao fazerem a avaliação do entorno social onde estarão inseridos, precisam ter a noção de quão complexas são as veredas burocráticas das políticas públicas para decidir se uma intervenção surtirá mesmo o efeito desejado, se alcançará os objetivos e se terá um real impacto na qualidade de vida da população participante. Uma das características do perfil empreendedor é saber correr riscos controlados e outra é ter responsabilidade para administrar bem e de forma consciente os recursos disponíveis, sejam eles humanos ou materiais, pois bem sabemos que no setor público a escassez de recursos é acentuada (BRITO et al, 2011).

Analisando a categoria experiências empreendedoras da enfermagem percebe-se que 04 artigos (COSTA et al, 2006; MANDÚ, 2003; SHIRATORI et al, 2004; TEIXEIRA; VALE, 2010) tratam desta temática, contudo nota-se que as experiências empreendedoras na enfermagem ainda são muito incipientes, mesmo porque esta temática ainda é recente no palco de discussões e práticas dos profissionais de enfermagem. Conforme citam os autores um dos caminhos percorridos pelos profissionais enfermeiros para uma atuação empreendedora perpassa a conscientização de que a responsabilidade social da enfermagem vai muito além dos procedimentos do cuidar pura e simplesmente, mas requer reflexões, por exemplo, sobre as dicotomias teoria e prática, ensino e aprendizagem, saúde e doença, e outras (TEIXEIRA; VALE, 2010). Outro ponto citado como forma de criar experiências empreendedoras na atuação

do enfermeiro faz relação com a educação em saúde e a capacitação da comunidade para atuar de forma efetiva sobre sua qualidade de vida (SHIRATORI et al, 2004).

Mandú (2003) relembra em seu artigo que “a realidade social não é fruto de forças naturais, mas de história feita pelos seres humanos, à custa de lutas individuais e sociais”, reforçando a ideia do comprometimento e da responsabilidade social do enfermeiro e da comunidade na melhoria da qualidade de vida de ambos.

Um achado interessante e ao mesmo tempo preocupante são os resultados encontrados por Costa et al (2006) que demonstram a tímida e desarticulada participação da enfermagem brasileira nas discussões e na formulação das políticas públicas em nosso país, demonstrando que como profissão ainda precisamos de uma melhor articulação entre as categorias integrantes (auxiliares, técnicos e enfermeiros) para que nossa voz seja ouvida, e não só ouvida, mas respeitada e levada em consideração no momento de redigir um programa de saúde por exemplo, pois principalmente na ESF (Estratégia Saúde da Família), trabalhando na ponta, o profissional de enfermagem tem muito a contribuir na ampliação da visão dos gestores com relação às complexidades e particularidades da prática assistencial e das muitas vezes difíceis interações profissional-usuário no momento de pô-las em prática.

CONCLUSÕES: Para o enfermeiro que quer se tornar um empreendedor social, a visão sociopolítica é de suma importância, pois este é o ponto de partida através do qual enfermeiro poderá fazer uma leitura da realidade social na qual está inserido e juntamente com as instituições locais (igrejas, escolas, centros comunitários, associação de moradores) e moradores poderá articular parcerias que possibilitarão a implementação de ações de promoção e prevenção da saúde levando à melhoria da qualidade de vida e da autonomia destes sujeitos. na percepção de vários dos autores analisados (BACKES; ERDMANN; BÜSCHER, 2010; PERSEGONA et al, 2009; BACKES et al, 2010; COSTA et al, 2006; MANDÚ, 2003),

Percebe-se que as possibilidades de empreendedorismo social por parte do profissional enfermeiro são muitas, contudo vários dos artigos analisados trazem consigo uma forte crítica às metodologias de ensino-aprendizagem aplicadas atualmente nos cursos de graduação em enfermagem de todo o Brasil que acabam por dificultar ou mesmo anular as características empreendedoras latentes nos acadêmicos (BACKES; ERDMANN, 2009; RONCON; MUNHOZ, 2009; CECAGNO et al, 2006; BACKES et al, 2010; MANDÚ, 2003; TEIXEIRA; VALE, 2010). Esta reflexão infere a necessidade de se repensar e adequar a formação acadêmica do enfermeiro para as demandas atuais. Não somente para adequá-lo ao mercado de trabalho que busca nas características empreendedoras a diferenciação profissional, mas também para preencher uma lacuna de responsabilização social por parte da enfermagem, que a partir da criação do Programa Saúde da Família (PSF) em 1994, hoje Estratégia Saúde da Família (ESF), ganha maior autonomia e visibilidade perante o usuário do sistema de saúde. Neste caso, espera-se que este profissional sintam-se impulsionado a modificar a percepção de enfermeiro tecnicista e “fazedor de procedimentos” para um profissional com habilidades ímpares nos campos da administração e gestão de unidades/equipes, capaz de articular os interesses do sistema de saúde com seus vários programas às situações de desigualdade social encontradas na sua prática diária.

O Ministério da Saúde está convencido de que o investimento em adequação da rede física, de tecnologia, de medicamentos e de insumos é em vão, se os profissionais de saúde não apostarem no SUS. Constitui desafio permanente, o reforço de uma robusta articulação entre as instituições formadoras e o serviço de forma a corrigir o

descompasso entre a orientação da formação dos profissionais de saúde e os princípios, as diretrizes e as necessidades do SUS. Portanto, como evidenciado pelos autores analisados há uma necessidade urgente de se por em prática as propostas do Pró-Saúde (BRASIL, 2007) de modo eficaz, adequando os espaços físicos para a nova proposta, capacitando o corpo docente para metodologias de ensino-aprendizagem problematizadoras, avaliando o andamento do processo e retroalimentando o programa com as dificuldades e conquistas alcançadas.

As Instituições de Ensino Superior (IES) como um todo, precisam se comprometer com os pilares básicos de sua missão – ensino, pesquisa e extensão – que na visão de Severino (2010) não podem ser separadas, pois são complementares entre si. Por isso a tendência de algumas IES dedicarem-se somente ao ensino, deixando de lado a prática da pesquisa e da extensão colaboram para a multiplicação de profissionais que não conseguem perceber a sua responsabilidade e importância social, pois através de uma prática profissional engajada, consciente, holística e empreendedora as possibilidades de melhoria da qualidade de vida da população assistida tornam-se muito maiores, mas para isso é necessário que o discente perceba, através do ensino, pesquisa, extensão e práticas criativas de ensino-aprendizagem que tudo isso é possível, pois ao contrário, somente estaremos reproduzindo o discurso de alguns de que o SUS não tem possibilidades de ser implementado em sua totalidade e que nada se pode fazer para mudar esta realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L. Formação do enfermeiro pelo olhar do empreendedorismo social. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 30(2): 242-248, 2009.

BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L.; BÜSCHER, A. Evidenciando o cuidado de enfermagem como prática social. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 17(6): 988-994, 2009.

BACKES, D. S.; BACKES M. S.; ERDMANN, A. L. Promovendo a cidadania por meio do cuidado de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(3): 430-434, 2009.

BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L.; BÜSCHER, A. O cuidado de enfermagem como prática empreendedora: oportunidades e possibilidades. *Acta Paulista de Enfermagem*, 23(3): 341-347, 2010.

BACKES, D. S. et al. Repensando o ser enfermeiro docente na perspectiva do pensamento complexo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 63(3): 421-426, 2010.

BICALHO, A. *Responsabilidade Social das Empresas: Contribuição das Universidades*. São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.

BORNSTEIN, D. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas ideias*. Tradução de Alexandre Raposo e Maria Beatriz de Medina. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei complementar nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, set. 1990a.

BRASIL. Lei complementar nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, dez. 1990b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde : objetivos, implementação e desenvolvimento potencial. Brasília, 2007.

BRITO, A. M. R. et al. Representações sociais de discentes de graduação em enfermagem sobre “ser enfermeiro”. Revista Brasileira de Enfermagem, 64(3): 527-535, 2011.

CECAGNO, D. et al. Incubadora de aprendizagem: uma nova forma de ensino na enfermagem/saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, 59(6): 808-811, 2006.

COSTA, G. M. C. et al. Uma abordagem da atuação histórica da enfermagem em face das políticas de saúde. REME – Revista Mineira de Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 10(4): 412-417, 2006.

DEES, J. G. O significado do “empreendedorismo social. [Internet]. 2001 Acessado em 20/02/2012. Disponível em: www4.fe.uc.pt/cec/significadempendedor.pdf

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

LEOPARDI, M. T. Metodologia da Pesquisa na Saúde. Santa Maria: Palloti; 2001.

MANDÚ, E. N. T. Diretrizes curriculares e a potencialização de condições para mudanças na formação de enfermeiros. Revista Brasileira de Enfermagem, 56(4): 348-350, 2003.

MELO NETO, F. P.; FROES, Cr. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista da FAE, 7(2): 9-18, 2004.

PERSEGONA, K. R. et al. O conhecimento político na atuação do enfermeiro. Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery, 13(3): 645-650, 2009.

PERSONA, M. Empreendedorismo em medicina e saúde. [Entrevista ao correio brasiliense]. Disponível em: http://www.mariopersona.com.br/entrevista_correiobrasiliense.html

PORTAL HOME CARE [site de internet]. Acessado em: 23/05/2012. Disponível em: www.portalthomecare.com.br.

RIBEIRO, A. A. A.; BORENSTEIN, M. S. A percepção dos formandos a respeito dos instrumentos básicos de enfermagem e sua aplicabilidade. Revista Brasileira de Enfermagem, 58(6): 653-658, 2005.

RONCON, P. F.; MUNHOZ, S. Estudantes de enfermagem têm perfil empreendedor? Revista Brasileira de Enfermagem, 62(5): 695-700, 2009.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SHIRATORI, K. et al. Educação em saúde como estratégia para garantir a dignidade da pessoa humana. Revista Brasileira de Enfermagem, 57(5): 617-619, 2004.

SILVEIRA, S. M. S. G. et al. Empreendedorismo no Brasil: 2008. Curitiba: IBQP, 2009.

TEIXEIRA, E.; VALE, E. G. Desafios para reinventar o ensino e perspectivas para o curso de graduação em enfermagem. Enfermagem em Foco, 1(2) :55-58, 2010.